

ALAVANCA

O 1.º de Maio
foi uma
grande jornada
de luta.
Fez-se
o balanço
das lutas
realizadas.
Debateu-se
a situação
social
e a CGTP
apresentou
propostas
de acções
conjuntas
a todo
o Movimento
Sindical.

(Centrais)



EDITORIAL

Somos um Jornal de Intervenção

Somos um jornal sindical renovado que reaparece para ficar.

Vamos passar a ocupar um espaço que, embora pequeno, pretende ser um importante contributo nas vossas reflexões e no vosso trabalho.

Somos o Alavanca, o jornal da CGTP-IN, agora em edição mensal.

Seremos o veículo das ideias e das posições da CGTP-IN e, simultaneamente, promoveremos o debate sempre que as situações exijam e o espaço permita. Contribuiremos para a análise dos fenómenos sociais, económicos e culturais que agitam o nosso dia-a-dia.

Sabemos que estamos num tempo de grandes mudanças. É um tempo de grandes avanços nos planos tecnológico e científico, mas é também um tempo em que os homens e as mulheres, na sua ansia de viverem melhor, desenvolvem o seu espírito criador e dão gigantescos passos para aprofundarem os seus conhecimentos e o seu saber.

Para nós o desenvolvimento económico tem sempre que ser conseguido no respeito e aprofundamento da coesão social.

Para nós, a questão da unidade dos trabalhadores e do movimento sindical é uma questão importante, pelo que sempre a trataremos de acordo com os nossos princípios e sempre com a certeza de que os trabalhadores se sentem prejudicados com a divisão sindical.

Na nossa prática editorial nunca utilizaremos a inverdade e a calúnia mas, com tolerância, seremos firmes, sempre que nos queiram atingir nos nossos princípios.

Agiremos sempre com pluralidade no respeito das diferentes concepções e tendências sindicais existentes.

Neste mundo de hoje, em que a comunicação social preenche cada vez mais o nosso quotidiano, seremos arautos e construtores da liberdade, da democracia, da paz e do progresso.

Manuel Lopes

Redução dos horários motiva SEMANA DE LUTA

O Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN de 24/5/90 marcou para a última semana de Junho uma «semana de luta pela redução do horário de trabalho», considerando que o objectivo corresponde a uma justa e legítima aspiração dos trabalhadores portugueses.

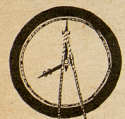
Assim, no cumprimento da semana de luta, os trabalhadores com horários superiores às 40 horas farão greve no

tempo excedente e os restantes, com horários inferiores às 40, farão greve no período superior àquele que é reivindicado como redução de horário.

O plenário reafirmou ainda os objectivos prioritários para a acção reivindicativa que são a melhoria dos salários e da protecção social e a defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

(Pág. 8)

Portugal
recordista europeu



Somos
os
que
mais
horas
trabalhamos

(Pág. 3)



Com inflação a não ficar abaixo dos 13 por cento

Salários portugueses
crescem menos
que os europeus

(Pág. 8)

Campanha nacional de sindicalização

Resultados são positivos
Sindicalizar é preciso

Os resultados da Campanha Nacional de Sindicalização são altamente positivos e constituem já uma forte travagem à tendência para a dessindicalização.

O 2.º balanço efectuado é optimista mas adverte que é necessário prosseguir o trabalho.

«Quanto mais forte for a base organizada da CGTP-IN, quanto maior for o número dos seus associados a pagar quota e a participar na vida sindical regularmente, maior será a eficácia da luta sindical e

melhores os seus resultados». Quem o diz é Américo Antunes, da Comissão Executiva da CGTP-IN a propósito da Campanha Nacional de Sindicalização, que está a decorrer desde Outubro do ano passado

e que culminará no mês homólogo deste ano, altura em que se comemorará os 20 anos da CGTP-IN.

O problema da sindicalização é uma questão central da organização, numa altura em que «é

visível um forte ressurgimento dos sindicatos como protagonistas indispensáveis ao progresso económico e social».

Para Américo Nunes, «os valores da solidariedade e da justiça social são valores humanos que configuram conquistas irreversíveis dos trabalhadores e da humanidade». A salvaguarda destes valores, acrescenta, «passa pela sindicalização dos trabalhadores».

O segundo balanço da Campanha Nacional de Sindicalização (1.º trimestre de 1990), concluiu que a campanha está a ganhar ritmo nacional e «está a mexer com diversos aspectos de organização e métodos.»

Verificam-se ainda excessos de burocratização no processo de sindicalização e deficiências, em especial quanto à sindicalização dirigida expressamente para os jovens e quadros técnicos. De qualquer forma, «os resultados da campanha são altamente positivos e constituem já uma forte travagem à tendência para a dessindicalização».

O documento de balanço afirma que «é preciso encerrar esta campanha de forma a impulsionar a continuidade do trabalho de sindicalização permanente como se de campanha se tratasse».

B R E V E S

Veto do PR
enaltecido
pela CGTP-IN

Em comunicado, a CGTP-IN enalteceu a posição tomada pelo Presidente da República de apóio o seu veto político à Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social.

A CGTP-IN afirma reverter-se «nos argumentos fundamentais evocados pelo PR para vetar a Lei».

A Central Sindical crítica o Governo por este «não ter tido a preocupação de auscultar a opinião das organizações representativas dos trabalhadores da Comunicação Social e por afastar os jornalistas, substituído-os por agentes políticos nomeados pelo Governo».

Dia Mundial
da Terra

No Dia Mundial da Terra, comemorado a 22 de Abril, o Conselho Nacional da CGTP-IN enviou uma nota onde refere que «a preservação do ambiente e o equilíbrio ecológico são factores indissociáveis da luta pela elevação dos padrões de qualidade de vida da população em geral».

O Conselho Nacional da CGTP-IN apela ainda «ao empenhamento de todos os trabalhadores na luta pela prevenção e salvaguarda dos recursos naturais, nomeadamente o elemento terra».

INTERJOVEM
na direcção
do CNJ

A INTERJOVEM foi uma das organizações já eleitas para a Direcção do Conselho Nacional de Juventude (CNJ). O facto aconteceu a 6 de Maio.

Férias
INTERJOVEM

A INTERJOVEM, como vem sendo habitual, patrocina um Acampamento Nacional de 15 a 30 de Agosto na Ilha do Pessequeiro. As inscrições estão abertas na CGTP-IN, Unões e Sindicatos. O preço é uma agradável surpresa: 23 mil escudos com tudo incluído (alimentação, transportes e estadia no Parque).

Inserção dos jovens na vida activa

INTERJOVEM
provoca debate

A INTERJOVEM, organização juvenil da CGTP-IN, despoletou o debate sobre o regime de subsídio de inserção dos jovens na vida activa, ao elaborar uma proposta de alteração àquele regime.

Até ao final do mês de Maio, os membros do Conselho Consultivo da Juventude terão de dar o seu parecer.

Dos 54 700 candidatos ao primeiro emprego com menos de 25 anos apenas cerca de 200 estão a beneficiar do subsídio de inserção.

A INTERJOVEM entregou à Comissão Parlamentar da Juventude e ao Secretário de Estado a sua proposta de alteração ao regime do subsídio de inserção dos jovens na vida activa. A par disso, a proposta foi já discutida no Conselho Consultivo da Juventude (CCJ), cujos membros terão de dar o seu parecer até final de Maio. Em Julho, o CCJ aprovará o parecer final sobre a matéria.

A INTERJOVEM afirma que «embora a consagração do direito a esse subsídio fosse unanimemente reconhecido como imprescindível, devido ao seu regime, a sua atribuição não logrou alcançar grande resultado prático».

Constata-se, acrescenta a INTERJOVEM, que, «desde a primeira versão, até à actualmente em vigor, um desajustamento entre os requisitos exigidos e a real situação dos candidatos ao primeiro emprego».

A organização de jovens da CGTP-IN vai

mesmo mais longe ao considerar aquele regime de «eficácia nula» e apresenta dados: dos 54 700 candidatos ao primeiro emprego com menos de 25 anos, apenas cerca de 200 estão a beneficiar do subsídio de inserção.

A INTERJOVEM considera que «os jovens têm direito a um emprego digno, de acordo com a sua formação e vocação e decentemente remunerado. Enquanto não obtém esse emprego, compete ao Estado assegurar-lhes condições mínimas de vida com dignidade».

Os jovens propõem alterações no âmbito pessoal do regime, às condições de concessão, ao montante do subsídio e à redução do tempo para nova concessão.

A discussão está lançada, e é importante tanto mais que, segundo o INE, 58 por cento dos jovens com menos de 25 anos está na população activa e destes 12 por cento estão desempregados.



OIT debate

Trabalho
Nocturno

O projecto de convenção sobre o trabalho nocturno, que virá revogar a Convenção 89, será discutido este ano na Conferência Internacional do Trabalho.

No passado dia 25 de Maio, a CGTP-IN debateu esta problemática e prepara no último quadrimestre do ano um seminário, que focará o tema de forma mais abrangente.

É um dado adquirido: o trabalho nocturno é penoso, é prejudicial para a saúde e perturba a vida social e familiar dos trabalhadores.

Por essa razão e pela crescente multiplicação de horários nocturnos e trabalho por turnos, organizações sociais responsáveis como a CGTP-IN estão a deba-

ter a questão a par da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que verá o projecto de convenção sobre o trabalho nocturno ser discutido, este ano, na Conferência Internacional do Trabalho.

A CGTP-IN debateu a questão no passado dia 25 de Maio.

FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes • Coordenador de edição: Mário Rui Ferreira • C. redactorial: Gonçalves André, Herminio Fernandes, Júlio Cardoso
Fotografia: João Silva • Ilustrações, grafismo e maquetagem: Rui Pereira, Rui Cardoso • Cartoons: Humberto Santana
Colaboram neste número: Fernando Marques • Carlos Coimbra, Fátima Carvalho, João Silva, Ana Vale
Composição, montagem e impressão: Heskia Portuguesa • Tiragem: 76 000 exemplares • Propriedade: Editorial 1.º de Outubro
Redacção: R. Victor Gordon, 1-3.º • 1294 Lisboa Codex • Tel.: 37 21 81 • Fax: 37 21 89 • Telex: 13 672

Portugal — recordista europeu

Somos os que mais horas trabalhamos

Somos os campeões da duração do tempo de trabalho. Ainda temos inscrito na lei a duração semanal de trabalho de 48 horas. A média europeia já está abaixo das 40 horas, tempo máximo exigido pela CGTP-IN.

Os trabalhadores vão para a luta e entretanto em muitas empresas e sectores o horário já foi reduzido.

O balanço aqui fica.

Na última semana de Junho realiza-se uma jornada de luta pela semana de 40 horas. A decisão foi anunciada no 1.º de Maio e os contornos da acção definidos no Plenário Nacional de Sindicatos de dia 24 de Maio.

Nesta matéria, Portugal é recordista: é o país da CEE que mais horas trabalha. O número de horas máximo inscrito na lei é ainda de 48 semanas.

A média do tempo de duração do trabalho nos países da CEE fica abaixo das 40 horas, que a CGTP-IN exige como máximo para Portugal.

Para a CGTP-IN, a duração do tempo de trabalho é essencial para que os trabalhadores disponham do tempo que uma vida familiar saudável exige e, por ou-

tro lado, gozem de momentos de lazer, indispensáveis para uma vida equilibrada em sociedade.

A CGTP-IN considera ainda que «a redução do tempo de trabalho é um factor de progresso económico com efeitos positivos na modernização das empresas e no aumento da produtividade».

Por estas razões, o 1.º de Maio proclamou que «os trabalhadores têm de reduzir o tempo semanal de trabalho».

A jornada de luta já marcada «constituirá uma exigência para que, por via legal, seja reduzida a duração máxima semanal de trabalho».

O Governo tem bloqueado a rápida aprovação desta matéria na Assembleia da República

onde foram apresentados projectos pelo PS e pelo PCP, visando ambos a semana de 40 horas. O Governo, confrontado com as lutas e as várias acções e iniciativas, prometeu a diminuição do tempo de trabalho de 48 para 44 horas, promessa

que apesar de insuficiente, ainda não foi cumprida.

Segundo a CGTP-IN a acção que se vem desenvolvendo nos sectores e empresas, que já se traduziram em resultados positivos, com a conquista da redução se-

manal de trabalho em diversos casos (ver quadro), «abriu o caminho para acções de carácter nacional».

A semana das 40 horas assume-se assim como uma das reivindicações centrais dos trabalhadores para 1990.

EXEMPLOS DE REDUÇÃO DA DURAÇÃO DO TRABALHO EM 1990

SECTOR/EMPRESA

AE Comp. Agrícola do Mira
Minas da Panasqueira
Empresa Carbonífera Douro
Prites ALENTEJANAS
COT Moagens e Torrefac. Café
COT Ind. Químicas
AE Firestone
Hoescht
Beiersdorf
Solape-Soc. Laminagens Plásticas
Fabr. Nac. Margarinas
WOL
AE Covina
AE Covina
Embalagens Van Leer
Alcalde
Grundig
Soc. Estoril-Sol
AE Metro

REDUÇÃO DA DURAÇÃO DO TRABALHO

De 44 para 40 h, desde 1.9.90, excepto p/campanha (11.90)
Negociação redução (de 40 h p/35 inter. e 45 p/40 exter.)
De 45 para 42 h (trab. exterior)
40 h trab. exterior e 32,5 h trab. interior (o/15 m bucha)
De 45 para 42,30 h na Torrefacção de Café
De 45 para 44 h acordadas em 1.9.90
Comprom. de redução de 45 para 40 h até Set. 92
De 45 para 42,30 h, desde 1.9.90
De 42,30 para 41,20 h desde 1.9.90 para o partir 1.9.91
De 45 para 42,30 h (prod.) e de 39 para 37,30 (tesc.)
De 45 para 42,30 h
De 45 para 44 h em 1990
De 40 para 36,7 h, no regime turnos, a partir 1.9.92
De 45 para 44 h, entre 1.10.89 a Set. 90
De 45 para 42,30 h
De 42 para 40 h
De 42 para 41 h (de 41 p/40 h nos turnos fixos), desde 1.9.90
Fixadas as 40 h, desde 1.9.90
Redução de 44 p/40h (p/c) de 40 p/37,40h (movim.), 37,30 h no subseco

Tempo de trabalho tem de ser reduzido

A redução do tempo de trabalho semanal está na ordem do dia. Sobre o assunto ouvimos uma dirigente sindical de um sector onde o tema adquire especial relevância. É ela Fátima Carvalho dos têxteis e lanifícios.

A redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais é hoje uma das principais reivindicações dos trabalhadores. Esta é também a reivindicação do movimento sindical europeu ao pretender a consagração do horário máximo semanal de 35 horas.

Se tivérmos presente que há 100 anos as trabalhadoras têxteis de Chicago reclamavam a consagração de um horário de 8 horas diárias (48 horas semanais), grave se torna constatar que, decorrido um século, os

trabalhadores tenham apenas conseguido a redução do seu horário semanal em 3 horas por semana.

Mas será que as novas máquinas e técnicas de produção hoje utilizadas não representam um processo muito mais significativo do que a redução das meras 3 horas ocorridas?

A modernização sistémica a que hoje se assiste no mundo de trabalho, confronta os trabalhadores com alterações profundas na reorganização do tempo de tra-



Fátima Carvalho

balho com grandes reflexos no trabalho nocturno e diurno.

Se é verdade que este processo implica abertura da nossa parte para o estudo das suas aplicações no que respeita aos horários de trabalho, ao trabalho nocturno das mulheres, à laboração contínua, entre outros, implica também, de forma mais significativa do que ocorreu nos últimos 10 anos, em maiores e melhores regalias, salários e menos horas de trabalho.

Em minha opinião fe-

xibilidade dos horários de trabalho é uma situação que não podemos deixar de discutir. Importa assim definirmos em que situações deve existir e defendermos sempre contrapartidas que a mesma deve trazer para os trabalhadores.

Em relação à autorização do horário de trabalho nocturno das mulheres na indústria considero que defender a sua proibição pura e simples poderá impedir em muitas situações, o acesso das mulheres ao mundo do trabalho, porque entendendo que a emancipação da mulher passa essencialmente pela sua inserção numa actividade profissional, pois daí deriva a sua afirmação social e independência económica. Considero que se outras alternativas não houver, desde que as mulheres dêem o seu consentimento, deve ser permitido trabalhar de noite. Defendo todavia, que quer, o trabalho

nocturno das mulheres, quer a flexibilidade dos horários de trabalho, quer ainda o trabalho por turnos e contínuo devem ter sempre como contrapartida a redução do horário de trabalho, o aumento das percentagens do trabalho por turnos, a consagração de novos direitos sociais, a melhoria dos salários e condições de trabalho, a criação de uma rede de transportes e infantários ou creches adequados aos novos horários, assim como, o alargamento do período de férias dos trabalhadores.

Vivemos hoje um momento histórico que exige de nós ter a coragem e capacidade suficiente para encontrarmos respostas positivas e inovadoras no tempo certo aos desafios do nosso tempo.

Fátima Carvalho

(Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN)

CGTP-IN nas comemorações da independência da Namíbia

A convite da União Nacional dos trabalhadores da Namíbia - NUNW, Fernando Loureiro, da Comissão Executiva, esteve presente a 21/03/90 nas comemorações da Independência da Namíbia.

A CGTP-IN, que foi a única organização não

governamental portuguesa presente nas comemorações da independência, saudou os trabalhadores e o povo da Namíbia por esse acontecimento.

Na sua saudação, a CGTP-IN afirmou que «o povo namibiano enceta um novo caminho, não

Emigração portuguesa na Suíça

Terminou no passado dia 12 de Abril, em Berna, a reunião dos especialistas sobre as questões relativas ao emprego dos trabalhadores portugueses na Suíça.

I — Trabalho

• Decreto Lei nr. 116/90 de 5.4.

Reestrutura o trabalho portuario nos portos de Lisboa e do Douro e Leixões.

• Decreto Legislativo Regional nr. 6/90/M (DR. IS. nr. 85, 11.4.90)

Fixa os valores da remuneração mínima mensal garantida, estabelecidos no artigo 1.º do Decreto-Lei nr. 41/90, de 7.2.2 acrescidos de complementos regionais.

• Decreto Legislativo Regional nr. 7/90/M (DR. IS. nr. 85, 11.4.90)

Aplica a Região Autónoma da Madeira o Decreto Lei nr. 34/90, de 24.1, que estabelece regras sobre a duração do trabalho e estatuto remuneratório do pessoal da carreira de enfermagem.

• Decreto Regulamentar nr. 9/90 de 19.4.

Estabelece a regulamentação das normas e directivas de protecção contra os radiações ionizantes.

II — Segurança social

• Resolução nr. 2/90/M (DR. IS. nr. 81, 6.4.90)

Approva a seguinte proposta de lei — «valor mínimo das prestações regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral da Segurança Social».

• Resolução nr. 4/90/M (DR. IS. nr. 81, 6.4.90)

Approva a seguinte proposta de lei — «valores das prestações pecuniárias de segurança e protecção social na Região Autónoma da Madeira».

III — Política económica

• Decreto Lei nr. 111/90 de 3.4.

Autoriza a alienação das participações que o Estado detém no capital social da PORTLINE — Transportes Marítimos Internacionais, SA e TRANSINSULAR — Transportes Marítimos Involuntários, SA. Revoga diversas disposições do Decreto Lei nr. 336/84 de 18.10.

• Portaria nr. 242/90 de 4.4

Estabelece os cálculos dos coeficientes de desvalorização da moeda reportados a 1989.

• Lei nr. 11/90 de 4.4

Lei quadro das privatizações.

• Decreto Lei nr. 115/90 de 5.4.

Cria uma linha de crédito especial para a recuperação e reabilitação da actividade das empresas agrícolas, pecuárias e de pescas.

• Lei nr. 12/90 de 7.4.

Regime dos empréstimos a emitir pelo Estado.

• Decreto Lei nr. 132/90 de 22.4.

Approva normas relativas à constituição de responsabilidades mínimas de caixa p/º parte de instituições financeiras.

IV — Impostos

• Decreto Lei nr. 127/90 de 17.4.

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nr. 77/799/CEE do Conselho, de 19/12/1977, relativa à assistência mútua das autoridades competentes dos Estados membros no domínio dos impostos directos.

• Decreto Lei nr. 129/90 de 18.4.

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nr. 83/321/CEE do Conselho, de 28 de Março de 1983, relativa a isenções fiscais aplicáveis em matéria de importação temporária de certos meios de transportes.

• Decreto Lei nr. 135/90 de 24.4.

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nr. 85/302/CEE do Conselho, de 16.7.1985, relativa a isenções fiscais aplicáveis em matéria de importação temporária de certos bens que não sejam meios de transporte.



AVEIRO



VISEU



ALGARVE



PORTALEGRE



BRAGA



COIMBRA

Milhares e milhares de trabalhadores vieram este ano à rua comemorar o 1.º de Maio sob o lema «Melhores Salários, Mais Protecção Social e Trabalho com Direitos». As comemorações assentaram numa base sólida de unidade e solidariedade. No centenário das comemorações do 1.º de Maio ficou mais uma vez demonstrada a determinação dos trabalhadores na luta pela defesa e promoção dos seus interesses e direitos. A situação social foi analisada e novas propostas no sentido da resolução dos problemas dos trabalhadores foram avançadas.

Em todo opais

MAIO

veio à rua em unidade

O 1.º de Maio de 1990 decorreu num momento particularmente importante para o futuro dos trabalhadores e de Portugal.

A situação do continente europeu e do mundo transformou-se. A perspectiva de consolidação da paz e do desarmamento colocam aos trabalhadores do mundo inteiro novos desafios na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

O novo quadro internacional coloca novas questões ao desenvolvimento económico e social de Portugal.

A perspectiva de melhoria das condições sociais não foi correspondida.

O projecto político de Cavaco Silva confirmou um profundo desajustamento com a realidade social, económica e política do país.

Foi neste contexto que se comemorou o 1.º de Maio por todo o país.

Como afirmou Manuel

Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN no 1.º de Maio em Lisboa, «apostar numa estratégia de baixos salários, tal qual o Governo tem apostado, não só é inaceitável e injusto como não tem qualquer justificação perante a situação económica e financeira do país e das empresas».

Como foi reafirmado por dirigentes sindicais em todo o país, a melhoria da competitividade da economia portuguesa só tem uma solução: a modernização.

Para a CGTP-IN a modernização passa por organizações dos processos produtivos mais qualificadas e científicas, mais formação profissional, melhores salários e menos horas de trabalho.

União Europeia em foco

Em foco, esteve também neste 1.º de Maio o

principal tema de discussão hoje na CEE:

A União Europeia, que pressupõe uma união económica e monetária, uma moeda única, um banco central europeu único e a definição, a partir de Bruxelas, de partes substanciais da política económica.

A interdependência crescente dos povos, o aprofundamento das suas relações sociais, políticas e económicas, podem trazer grandes potencialidades de progresso, desenvolvimento e paz.

Daí que a CGTP-IN não veja a Comunidade Europeia apenas como um mercado, pretendendo antes que ela seja um meio para implementar a coesão económica e social na Europa.

Segundo Manuel Carvalho da Silva, «a Carta dos Direitos Sociais é fundamental», como documento que obriga os patrões europeus a respeitar a dignidade dos trabalhadores». E acrescentou que «só tem medo dum instrumento

deste tipo, quem não está interessado em respeitar os direitos mínimos de quem trabalha e quem não está interessado numa sociedade solidária, mas sim numa sociedade assente na exploração».

Balanco da luta

O 1.º de Maio foi também um momento para os trabalhadores fazerem o balanço da luta reivindicativa.

Em todas as comemorações foi realçado o facto de, a nível salarial, os resultados terem atingido quase o dobro do tecto de 6 por cento que o governo queria impor o ano passado. Este ano, o aumento do salário médio atingiu, até este momento 14 por cento, ficando-se acima das barreiras que se pretendia instituir, quer da inflação esperada — 9,5 a 10,5 por cento — quer dos 12 por cento corres-



o à rua comemorar o 1.º de Maio e o Trabalho com Direitos». Unidade e solidariedade. «...mas uma vez demonstrada promoção dos seus interesses e no sentido da resolução dos

10 Unidade

discus-
peia,
uma e mo-
a uni-
defin-
axelas,
ais da
iência
vos, o
o das
is, pos-
es po-
ogres-
ento e
-IN
nidade
como
enda-
nça é
ntar a
e so-
Car-
Carta
iais é
no do-
grigue
peus a
e dos
acres-
tem
mento

deste tipo, quem não está interessado em respeitar os direitos mínimos de quem trabalha e quem não está interessado numa sociedade solidária, mas sim numa sociedade assente na exploração».

Balanco da luta

O 1.º de Maio foi também um momento para os trabalhadores fazerem o balanço da luta reivindicativa. Em todas as comemorações foi realçado o facto de, a nível salarial, os resultados terem atingido quase o dobro do tecto de 6 por cento que o governo queria impor o ano passado. Este ano, o aumento do salário médio atingiu, até este momento 14 por cento, ficando-se acima das barreiras que se pretendia instituir, quer da inflação esperada — 9,5 a 10,5 por cento — quer dos 12 por cento corres-



PORTO

pondentes ao aumento da Função Pública.

Realçado foi também a conquista do aumento intercalar dos salários mínimos e das pensões de reforma que constituíam palavra de ordem no 1.º de Maio de 1989.

Referido igualmente foi o significado da vitória obtida pelos trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e dos Profissionais da PSP, como reconhecimento legal do seu direito de associação e a defesa dos direitos de negociação e contratação, direitos que constituem instrumentos decisivos para melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Foram conseguidos progressos significativos na redução do horário de trabalho em vários sectores e empresas e o Pacote Laboral, velha ofensiva contra o direito ao trabalho, foi impedido, ao mesmo tempo que milhares de trabalhadores com vínculos precários passaram a efectivos. Apesar disto, os diri-

gentes sindicais afirmaram que nem tudo o que os trabalhadores queriam e nem tudo o que tinham direito foi conseguido.

Por essa razão, relembrou-se que o Conselho Nacional da CGTP-IN considerou que 1990 tem de continuar a ser, por razões imediatas e de futuro, um ano de muitas reivindicações.

Foi, de resto, em torno dos cinco objectivos fundamentais traçados pela CGTP-IN que os trabalhadores vieram massivamente à rua. Esses objectivos comportavam «a redução da duração semanal do trabalho para um máximo de 40 horas semanais, a actualização semestral do salário mínimo e um aumento mais rápido dos salários, o aumento intercalar das pensões de reforma e a alteração da base de cálculo das pensões, a defesa e o alargamento dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e a actualização salarial

da Administração Pública e a melhoria das suas condições de vida e de trabalho».

Neste 1.º de Maio de 1990, ano em que a CGTP-IN comemora os seus 20 anos, os trabalhadores fizeram ouvir, a muitas vezes em uníssono, «Semana de 40 horas é para já e sem demoras» e «sem justiça social, o progresso é irreals». Outras palavras de ordem ouvidas foram: «salários e pensões, queremos actualizações» e «por Abril e Portugal, justiça social».

Nesta festa, os trabalhadores deixaram claro que estão dispostos a lutar, que estão confiantes e que a CGTP-IN é um valor indispensável à democracia, ao desenvolvimento e ao progresso social.

Neste 1.º de Maio, as praças e ruas das cidades encheram-se de trabalhadores em festa proclamando bem alto os valores da unidade, da dignidade, da solidariedade, da dignidade e da justiça social.

MANUEL CARVALHO DA SILVA NO 1.º DE MAIO EM LISBOA

«A unidade orgânica é sustentada pela unidade na acção»

Sempre defendemos e praticamos a unidade como questão essencial à defesa dos interesses dos trabalhadores.

Sempre combatemos a divisão e a pulverização sindical que se consumou com o aparcimento da UGT e das suas práticas.

Soubemos ultrapassar preconceitos e dinamizar propostas de acção comuns ou convergentes, ao nível das empresas e dos sectores ou, no âmbito nacional, para a defesa dos direitos dos trabalhadores.

A posição da CGTP-IN assenta numa máxima popular «devargar que temos pressa».

A unidade orgânica é

construída e sustentada pela unidade na acção, que será tanto mais eficaz e sólida quanto mais for assumida pelos trabalhadores, ao nível dos locais de trabalho.

A unidade orgânica pressupõe o percorrer de um longo caminho comum, assente na luta em torno da resolução dos problemas concretos dos trabalhadores.

Um caminho comum feito com respeito pela autonomia de cada organização, que não nega mas antes pressupõe a existência de contradições e polémicas, as quais, deverão, progressivamente, ser subordinadas à dinâmica da convergência e da unidade.

«A CGTP propõe...»

A CGTP-In propõe a todos os trabalhadores portugueses, a todo o movimento sindical e, em particular, à UGT, a realização, em unidade, de acções, assentes em quatro pontos:

- 1.º Acções concertadas e convergentes em torno de questões concretas, ao nível das empresas e sectores da actividade, designadamente no âmbito da negociação colectiva e da efectivação do direito à negociação no quadro das empresas.
- 2.º Promover, ainda em 1990, uma acção comum, de grande envergadura, pela redução da jornada de trabalho.
- 3.º Programar acções comuns que visem a concretização do conteúdo dos documentos de poli-

tica social, assinados pelas duas organizações do Conselho Permanente de Concertação Social, em 19 de Setembro passado, em particular no que se refere à política de rendimentos e às pensões e prestações sociais.

4.º Levantar a cabo iniciativas e diligências comuns para pressionar a concretização efectiva do programa de acção para aplicação da Carta Comunitária dos direitos sociais fundamentais. A sinceridade e empenho quanto à unidade, mostra-se na prática. Aqui ficam as nossas propostas e a afirmação de que a CGTP-IN não corre atrás de foguetes que outros lançam, mas tudo fará para que a festa da unidade se possa concretizar.



LISBOA



SANTARÉM

A CGTP-IN apresentou ao Governo propostas de aumento intercalar de todas as pensões, designadamente da pensão mínima do regime geral que deve passar para 20 500 escudos.

A CGTP-IN propõe ainda a alteração da base de cálculo das pensões e a valorização do Abono de Família que, no regime geral, deve passar para 2500 escudos.

Propõe também a criação do 14.º mês para os reformados e o direito a pensão de sobrevivência para os viúvos.

CGTP-IN REIVINDICA: AUMENTO INTERCALAR DE TODAS AS PENSÕES

A CGTP-IN apresentou ao Governo novas propostas para melhorar a protecção social. As reivindicações incidem sobre três áreas fundamentais.

A primeira prende-se com «a absoluta necessidade do aumento de todas as pensões de reforma, sendo proposta uma actualização intercalar, com vista a minimizar a degradação das condições de vida dos reformados».

A alteração da base de cálculo das pensões com o objectivo de as aproximar do valor dos salários, foi outra reivindicação apresentada que, Maria do Carmo Tavares, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, considera importante, no sentido de «evitar assim uma quebra brusca e acentuada do nível de vida».

Por último, a CGTP-IN exige uma nova política para o abono de família, que «valorize esta prestação enquanto instrumento essencial de uma política familiar».

Para a central sindical, a pensão mínima do regime geral deverá ser fixada em 20 500\$00, por forma a que «progressivamente se garanta aos reformados um nível de vida minimamente decente».

Imprescindível é também a criação do 14.º mês para os reformados.

A CGTP-IN solicitou, entretanto, a declaração de inconstitucionalidade do Regulamento das Pensões de Sobrevivência, nos termos do qual os viúvos são excluídos do direito a pensão de sobrevivência.

Para o valor do abono de família, a CGTP-IN aponta, para o regime geral, o valor de 2500\$00. Para o rendimento familiar inferior a 52,5 contos o valor passa para 4 mil escudos, enquanto que se o rendimento familiar ficar abaixo de 2 salários mínimos o abono de família deve situar-se em 3500\$00. Três mil escudos no caso de rendimentos inferiores 87,5 contos.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL PRIORIDADE DAS PRIORIDADES

Não é por demais insistir na ideia de que um dos grandes desafios que se colocam ao nosso país no horizonte do mercado interno de 1992 é a valorização dos recursos humanos.

Os dados são conhecidos: cerca de 3/4 dos trabalhadores por conta de outrem têm habilitações inferiores ao ensino secundário; só metade são considerados qualificados; a taxa de analfabetismo é das mais elevadas da Europa; Portugal mantém as mais baixas taxas de escolaridade da Europa; a escolaridade obrigatória não é cumprida por cerca de um quinto dos alunos; são elevadíssimos os índices de abandono e de insucesso escolar.

Na Plataforma para a Acção Sindical, aprovada no VI Congresso, realizado em Maio de 1989, considera-se que o investimento na reestruturação e modernização da nossa economia pressupõe um investimento correspondente na qualificação dos recursos humanos. Nesta perspectiva da CGTP-IN propõe bater-se pela alteração desta

situação o que passa por reduzir o abandono prematuro da escola e aumentar o nível de escolaridade média e, ao mesmo tempo, pela alteração de fundo à política que tem vindo a ser seguida, particularmente na aplicação dos recursos financeiros que têm estado afectadas à formação.

No quadro das orientações estão traçadas, tendo em conta que a formação é indispensável ao projecto de desenvolvimento que preconizamos, temos vindo a intensificar e diversificar as formas de intervenção nesta frente prioritária.

Desde logo, no plano institucional, na definição das linhas de orientação através da participação activa no Conselho Permanente de Concertação Social. Mas também no Conselho de Administração do IIEP, na Comissão Nacional de Aprendizagem, no Conselho Consultivo do GETAP, instâncias em que a CGTP-IN tem representantes. Representação esta que irá ser alargada ao nível regional no âmbito do IIEP.

Depois, na realização de acções de formação e do reforço dos meios para a sua concretização. Desde o VI Congresso da CGTP-IN, participamos nas acções, que promovemos directamente, cerca de 1500 pessoas, em acções cuja duração variou entre 2 dias e 7 meses — conforme se trate de acções de sensibilização, aperfeiçoamento ou qualificação — as quais decorreram em três dezenas de localidades do Norte e Sul, estando em organização outras destinadas às regiões autónomas. Disparamos de um Centro de Formação no Porto e adequamos e equipamos salas noutras regiões do país. Em Lisboa dispomos de instalações dispendiosas, desenvolvendo-se esforço no sentido de podermos dispor de um Centro de Formação capaz de responder às nossas necessidades, permitindo-nos, assim, corresponder melhor aos anseios dos trabalhadores, jovens e adultos, empregados ou desempregados, que pretendem frequentar as acções de formação profissional que promovemos. A Escola Profissional da CGTP-

IN, será em breve, uma realidade.

Mas, a intervenção da CGTP-IN só será verdadeiramente eficaz se ao nível dos sectores e empresas a contratação colectiva começar a inscrever — ou a ampliar a sua intervenção — questões relativas à formação profissional. Crédito de tempo para formação (no interesse da empresa e do trabalhador), participação dos representantes dos trabalhadores na definição dos planos de formação e dos critérios de selecção dos participantes, etc., são áreas em que a intervenção sindical tem de incidir decididamente.

A maior qualificação dos trabalhadores não se pode traduzir apenas no aumento da competitividade das empresas. Deve ser também um factor essencial na melhoria do emprego no nosso país.

Mais e melhor educação, mais e melhor formação devem conduzir a emprego mais qualificado e, este, deve traduzir-se em melhores salários, carreiros motivadoras, estabilidade no emprego, maior nível de intervenção.

HORÓSCOPO DO MÊS



CARREIRO (21.3 a 20.4)

Os nascidos entre o pronunciamento das Caldas e o 25 de Abril mostram uma acentuada propensão para a acção colectiva, objectivada. A sua teimosia ser-lhe-á útil na luta pela redução do horário de trabalho. Número da sorte: 40.



LEÃO (23.7 a 23.8)

Leão, só vale a pena sê-lo a sério: forte, novo, pujante. Um leão sozinho não é nada disso: é um escorraçado. Aos nativos deste signo aconselhamos que releiam a fábula do velho, dos três filhos e do feixe. É que novos descobrimentos nos estão guardados. E isto não são conversas vazias...



SAGITÁRIO (23.11 a 21.12)

Não dispare setas à toa. Desejar-lhe sorte aos amores é uma redundância. Mas acreditar que a solidariedade social é também uma forma de gostarmos de nós próprios. Apoie as reivindicações dos reformados, exija melhores pensões e abonos de família. É que as existem, dão-se na CEE, de escola aos pobres. Embora não sejam dos cânones, insista nos números 20 500, 2500, 4000, etc.



TOURO (21.4 a 20.5)

Muitas propostas novas. Novos desafios escritos no Zodíaco. Alguma confusão vinda de Bruxelas, tendo como veículo um homem bem falante. Mas este signo está sob o efeito do Sol, da luz. Nenhuma hipótese de êxito para quem aposte no 24. O número 1 significa o renascer da esperança, ano após ano. Hoje, como há 100 anos.



VIRGEM (24.8 a 23.9)

Manten-se incluído no vendaval de acontecimentos e ideias que sobre o mundo se abateu só mesmo os muito renitentes. Desconerte quem assim pensa de si, vá ao choupal e grite a plenos pulmões: «Salvem a Terra!».



CAPRICÓRNIO (22.12 a 20.1)

É possível que venha a receber uma carta ou seja contactado pelo «staff» duma certa candidatura a presidente. Não se fie nas promessas nem vá na cantiga de que há «cornucópias de abundância». Por falar em cornucópia, a cabeça não é só para usar chapéu: cultive-se, vá ao teatro.



GÊMEOS (21.6 a 21.6)

Esta é uma boa mãe para se divertir. Vá aos santos populares. Se conseguiu aumento de salário que cubra a inflação e as perdas de anos anteriores, dê aos «putos» uns tostantos para o Santo António, que ainda não sabe de que terra é. Consta que foi emigrante clandestino. De qualquer maneira, não perca a coragem. Jogue no 16 ou no 18, apesar de haver quem ache pouco.



BALANÇA (24.9 a 23.10)

Coragem. Abandone essa sua hesitação crónica. Caia para um lado ou para o outro. C'os diabos, no mundo em que vivemos nem as balanças conseguem ser imparciais. Ou não sabe que o Governo quer instituir uma Alta Autoridade para a «isenção» informativa e uma Lei para roubar nos votos?!



AQUÁRIO (21.1 a 19.2)

Este mês vai ser bom para os mais jovens, se estudantes, prepararem os exames de admissão à Universidade. Se acha que não vai dar, comece já a procurar emprego. As condições são «beras», mas fique a saber que existe um subsídio de inserção na vida activa. 200 jovens já o receberam! Só que há mais 54 mil que ainda não. E sabe uma coisa? Aquário é o edifício da R. Gomes Teixeira...



CARANGUEJO (22.6 a 22.7)

A galáxia Europa, quando nasceu, foi para todos. Mesmo para que aqueles que, não parecendo, já li estavam. Há quem se esqueça que para trás mijia a burra. Mas sempre lhe dizemos que sindicalizado é mais seguro.



ESCORPIÃO (24.10 a 22.11)

Você está irresistível como nunca. Marte favorece-o. Não se mortifique e parte de peito fêto para a luta. Este mês ser-lhe-á muito favorável em termos de imagem pública. Mas cuide dos excessos. Convença-se que a razão está do lado dos que acreditam que os direitos conquistados são para se cumprir. Não se esqueça de pagar a quota do sindicato.



PEIXES (20.2 a 20.3)

Neptuno, que é o rei dos mares, não anda de bom mar. Passa a vida nos médicos. O crude derramado nos últimos tempos provocou-lhe alergias de pele que nunca mais acabam e está quase ceguinho. Consta até que já anda de botija de oxigénio às costas. É demais! Peixinhos de todo o mundo, uni-vos contra esta má polétina.

E M M O V I M E N T O

A contratação colectiva em 1990

No primeiro trimestre do ano, o aumento salarial médio foi de 14 por cento. Ficou portanto acima das barreiras que se queriam instituir.

A acção com vista a reduzir a duração do trabalho, tendo como meta a conquista da semana de 40 horas registou resultados positivos.

Os direitos dos trabalhadores continuam a ser tenazmente defendidos na contratação colectiva. Ficou claro que os trabalhadores não usam os seus direitos como moeda de troca.

Fernando Marques, do Gabinete de Estudos da CGTP-IN, faz o ponto da situação.

A CGTP-IN definiu 1990 como um ano de intensificação da acção reivindicativa em todas as frentes. A contratação e a negociação colectiva em geral, não escotando embora os meios para a concretização da política reivindicativa, continua a ter um papel de importância fundamental.

Decorridos os primeiros meses de 1990, importa considerar os principais resultados obtidos na contratação colectiva. Esta avaliação não se pode basear no mero confronto entre resultados e objectivos negociais. Não se pode esquecer que se tratam de resultados da negociação que exprimem, necessariamente, compromissos entre interesses, sindicais e patronais, estabelecido no quadro de uma dada relação de forças.

Resultados salariais

O aumento médio salarial (tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária) é estimado ser na ordem dos 14%. Dispõe-se de uma informação mais precisa em

relação aos aumentos da tabela salarial. O quadro 1 indica, que em 92 convenções abrangendo mais de 820 mil trabalhadores, as tabelas salariais convencionais tiveram um aumento de 13,6% para uma vigência média igual a 12 meses.

Estes dados mostram que se verificou, neste período um ligeiro aumento do poder de compra dos salários (tabelas convencionais, calculado em 0,8%.

Os resultados do quadro em anexo, ainda que não atingindo os objectivos definidos, não deixam também de ser significativos. No primeiro trimestre, o aumento salarial médio foi de 14% — acima das «barreiras», que se pretendiam instituir quer da inflação esperada (9,5% a 10,5%), quer dos 12% (correspondente ao aumento da Função Pública para 15 meses).

Em segundo lugar, foram obtidos em várias empresas aumentos compensatórios de perdas salariais ocorridas em 1989, como aconteceu, por exemplo, nas empresas públicas de transportes.

Em terceiro lugar, os aumentos salariais globais são superiores aos

resultados na tabela salarial, com aumentos mais elevados, em regra, noutras matérias como subsídios.

Em quarto lugar, as reivindicações de empresas constituíram um instrumento fundamental, em muitos sectores, para complementar os aumentos obtidos a nível salarial. Importantes lutas foram travadas nestes primeiros meses de 1990 em torno destas reivindicações.

Redução da duração semanal do trabalho

Prosseguiu a acção com vista a reduzir a duração do trabalho com vista a conquistar a semana de 40 horas. Também aqui existem resultados positivos.

Em diversos sectores: Ind. Mineira (como nas Minas das Panasqueira e nas Pirites Alentejanas); agricultura (Coop. Agrícola de Mira); ind. de torrefacção de café; ind. metalúrgicas (como na Van Leer); ind. químicas (CCT da Química, Ho-

esch, Fábrica Nacional de Margarinas, Solape, Beiersdorf); ind. vidreira (como na Ind. Vidreira — embalagem e na Govina); nos transportes (como no Metro), ind. eléctricas (como na Grundig), etc.

Direitos dos trabalhadores

Um dos problemas importantes da nego-

a) no CPSC, as organizações patronais apresentam como proposta a revisão da lei dos despedimentos, da lei sindical, da lei da greve e da lei das comissões de trabalhadores;

b) por sua vez, é divulgado na Comunicação Social um novo pacote laboral do Governo que, entre outros aspectos, continua a alteração da lei dos e a chamada flexibilização dos horários de trabalho, admitindo-se o seu prolongamento até às 12 h dia e a 54 h semana;

gociar os direitos dos trabalhadores. Os direitos dos trabalhadores não se «vendem». Eles constituem uma aquisição de todos os trabalhadores, fruto de lutas e de muitos sacrifícios que nenhuma organização tem o direito de utilizar como «moeda de troca» por melhores salários.

O anúncio feito pelo Governo de que não existia pacote laboral (tratava-se apenas de «estudos») constitui um importante resultado positivo. Da mesma forma, os direitos têm sido de-

QUADRO 1
Aumentos salariais na contratação colectiva

ANO	MÊS	CONTRATOS	TRAB.	AUMENTO		IPC
				TABELA	VIGÊNCIA (MESES)	
1990	JAN/ABRIL	92	821 147	13.6	12	
	ABRIL	4	32 664	13.6	12	
	MARÇO	6	320 338	13.5	12	12.7
	FEV.	6	60 206	14.8	12	12.7
1989	JAN.	66	407 539	13.4	12	12.6
	JAN/ABRIL	111	794 935	9.9	11.8	
	ABRIL	11	77 128	10.5	10.9	11.1
	MARÇO	7	308 457	9.8	12	10.6
	FEV.	7	56 580	9.9	12	10.3
	JAN.	86	352 770	9.8	11.9	10

(FONTE: CGTP-IN) IPC — Índice de preços no consumidor.

ciação colectiva é, sem dúvida, a dos direitos dos trabalhadores. Não se trata de um problema novo. O que é novo, por um lado é a intensidade com que a questão é posta pelo patronato e pelo Governo, os meios que utilizam, e, por outro, a procura da instituição de um novo «modelo» de negociação em que os direitos dos trabalhadores seriam a «moeda de troca» para a (legítima) melhoria dos salários.

Quanto ao primeiro aspecto, sobressai a acção «concertada» do patronato e do Governo em diversos níveis de intervenção. Assim:

c) na contratação colectiva, surgem com maior frequência as propostas de alteração radical do clausulado das convenções colectivas (como exemplo significativo, veja-se o CCT Material Eléctrico);

d) nas empresas, visa-se reforçar o poder patronal arbitrário, aumentar a precarização do emprego, a ausência de diálogo social, etc.

Quanto ao segundo aspecto, procura-se instituir um novo «modelo» de negociação — a troca de direitos por salários. A CGTP-IN tornou claro,

defendidos na contratação colectiva.

Estes são alguns dos resultados obtidos na contratação colectiva. A sua análise indica que, se é um facto que estamos ainda longe dos objectivos traçados, e por isso importa intensificar a acção reivindicativa, existem também resultados positivos que constituem um importante estímulo à luta pela conquista de melhores condições de vida e de trabalho.

Fernando Marques
Gabinete de Estudos da
CGTP-IN

Função Pública

Governo recusa diálogo

Governo não cumpre as promessas feitas e continua de porta fechada à negociação com os sindicatos.

Os trabalhadores da Função Pública exigem o diálogo e cumpriram em Maio uma semana de luta.

O Governo continua de porta fechada à negociação com os sindicatos não cumprindo as suas promessas nem a lei da negociação.

Os sindicatos fizeram propostas para actualização salarial de 12 por cento em 1990. A esta reivindicação, o Governo não deu ainda qualquer resposta.

Por outro lado, o Governo comprometeu-se a negociar com os sindicatos o congelamento das duas primeiras progressões nos escalões no dia 1 de Julho, mas ainda não entregou a primeira

proposta, o que põe já em causa ou a dignidade da negociação ou a produção de efeitos do decreto na data marcada.

O Governo comprometeu-se ainda, no ano passado, a abrir os dossiers referentes à revalorização das carreiras. A realidade, no entanto, aponta a Federação dos Sindicatos da Função Pública, «é que o Governo se recusa a tratar do assunto.»

O novo Sistema Retributivo, em vigor desde o ano passado, não é ainda aplicado a milhares de trabalhadores.

O mito da estabilidade de emprego na Função Pública está a ruir. A precariedade cresce desmesuradamente.

Desde Janeiro que a Federação vem insistindo com a Secretaria de Estado do Orçamento para que marque uma reunião que abra as negociações.

Entretanto, diversos sectores da Função Pública estão em luta. Greves, concentrações, cordões humanos e outras acções marcaram o mês de Maio. Os trabalhadores vão prosseguir a sua luta.





Semana de luta pela redução do horário

O Planário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN de 24/5/90, órgão máximo entre congressos, decidiu marcar para a última semana de Junho uma «semana de luta pela redução geral do tempo de trabalho», tendo como pano de fundo a reivindicação das 40 horas como máximo legal semanal.

A acção terá várias vertentes, sendo uma delas a greve no tempo excedente às 40 horas. Os trabalhadores que já trabalham abaixo das 40 horas utilizarão a forma de luta anterior no período de tempo superior àquela que é reivindicada como redução.

Paralelamente, deverão decorrer várias acções de rua, no sentido de sensibilizar a opinião pública para a reivindicação.

Junto dos órgãos do Poder, serão, por um lado, repudiadas as tentativas de flexibilização dos horários e por outro será reclamado junto da Assembleia da República o desbloqueamento da discussão e aprovação dos projectos legislativos sobre a redução da duração máxima do tempo de trabalho.

Para a CGTP-IN é agora prioritário dinamizar-se, desde já, a apresentação formal nas empresas da reivindicação em causa nos casos em que esse acto ainda não teve lugar e a sua reincidência nos casos em que isso já foi feito.

O planário realizou ainda os objectivos prioritários para a acção reivindicativa, e que para além do já citado horário de trabalho, comporta também a melhoria dos salários e da protecção social, e a defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Com inflação a não ficar abaixo dos 13 por cento

Salários portugueses crescem menos que os europeus

Os salários reais dos trabalhadores portugueses estão a crescer mais devagar do que a média comunitária, ampliando-se assim o fosso que nos separa.

Os salários não estão nem a acompanhar a inflação nem o crescimento da produtividade.

Há crescimento económico, mas agravam-se as desigualdades na distribuição do rendimento.

É já difícil que a inflação fique abaixo dos 13 por cento.

Este o panorama traçado, por Carlos Coimbra do Gabinete de Estudos da CGTP-IN.



A evolução socioeconómica do país no período recente tem sido marcada por duas tendências socialmente contraditórias:

— Por um lado, assiste-se a um crescimento económico relativamente acentuado, com uma taxa média anual de crescimento do PIB superior a 4%;

— Por outro lado, os benefícios de seu crescimento não têm sido repartidos equitativamente, agravando-se as desigualdades sociais na distribuição do rendimento, sendo particularmente notório a perca de peso dos salários no produto conforme se verifica no quadro I.

Fundamentalmente, o que se está a passar é que os salários não estão a evoluir por forma a não só acompanharem a in-

flação como ainda acompanharem o crescimento da produtividade. O quadro III revela, a este respeito, as estimativas do que se terá passado em 89 e o que está em perspectiva para 90, se as actuais tendências se mantiverem.

Outra faceta desta contradição decorre de, estando o crescimento real do PIB a ser superior ao crescimento médio comunitário, permitindo assim alguma aproximação económica — ainda que não consolidada, devido designadamente ao agravamento da inflação e do défice comercial. Verifica-se que os salários reais dos trabalhadores portugueses estão provavelmente a crescer mais devagar do que a média comunitária, ampliando-se assim o fosso, conforme se

pode retirar da leitura do quadro II.

Em 90, o crescimento da massa salarial está a aproximar-se dos crescimentos conjugados da inflação e da produtividade e isso fundamentalmente porque os salários contratuais estão a crescer a níveis superiores aos registados em 89, ultrapassando, a inflação.

Porém dois problemas existem e que têm que ser encarados através do reforço da acção reivindicativa conduzida pelo movimento sindical neste domínio:

— O problema específico da Função Pública, em que muitos milhares de trabalhadores estão perante a posição governamental de «estagnação» salarial;

— A possibilidade da inflação se agravar, e consequentemente, por essa via aumentar o desnível entre a evolução de massa salarial per capita e aquela que garantiria a plena participação nos ganhos de produtividade.

Em face dos resultados recentemente divulgados relativos a Abril de 90 é difícil que a inflação média anual este ano fique abaixo dos 13%.

É assim necessário que a contratação colectiva nos próximos meses acompanhe esta perspectiva de agravamento da inflação, e que simultaneamente o movimento sindical, designadamente a CGTP-IN, incremente a mobilização dos trabalhadores para a acção reivindicativa junto do governo, reclamando deste uma política de rendimentos mais justa, para converter o actual «saldo salarial negativo» em «saldo salarial positivo» para os trabalhadores.

Carlos Coimbra
Gabinete de Estudos da CGTP-IN

Quadro I

% dos salários no PIB

38%	36%	35,8%	35,2%	34,2%
0	85	86	87	88
				89

Fonte: site 88, Banco de Portugal; 89 estimativa do GCEP

Quadro II

Varição do PIB e Varição dos Salários (%)

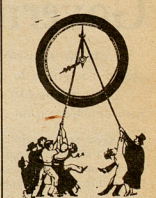
	CEE	Portugal	CEE	Portugal
1988	3,8	3,9	1,9	0,9
1989	3,5	4,8	1,3	-0,8
1990	3	4,5	1,5	1,5

Fonte: Económica Europeia Nov. 89
(*) «Progresso real per capita» dos empregados

Quadro III

	1989	1990
(1) Variação dos salários contratuais	11,3%	13,6%
(2) Variação da massa salarial per capita	13,3%	15,6%
(3) Inflação	12,6%	12,7% (*)
(4) Ganhos de produtividade	3,0%	3,5%
(5) Variação do «equilíbrio» da massa salarial (a que permita acompanhar os ganhos de produtividade)	15,7%	16,2%
(6) Desvio (5) - (2)	-2,4%	-0,6%

(*) Média do 1.º quadrimestre de 90, excepto Função Pública, 800 000 trabalhadores estrangeiros
(**) Média do 1.º quadrimestre de 90



NA FORÇA

No mês de Junho vai acontecer:

- US Porto
 - Congresso dias 22 e 23
- US Viana do Castelo
 - Congresso dia 7
- FEPES
 - Congresso dias 8 e 9